

Prólogo

A 19 de agosto de 1991, a CNN fazia a cobertura em direto da tentativa de golpe de estado contra o presidente soviético Mikhail Gorbachev. Em colaboração com o KGB, elementos do núcleo duro do regime comunista, que estava a desintegrar-se, haviam sequestrado Gorbachev na sua *dacha* na Crimeia e declarado estado de emergência. A comunicação social de todo o mundo enchia-se de comentadores e de políticos que receavam que o golpe marcasse o final abrupto da *perestroika*, ou até mesmo o início de uma guerra civil, já que havia tanques a entrar no centro de Moscovo.

Nessa noite fui convidado do programa de Larry King, a par de Jeane Kirkpatrick, antiga embaixadora americana nas Nações Unidas e antiga operacional da KGB. Fui o único a declarar que o golpe não tinha qualquer hipótese de êxito e que chegaria ao fim no espaço de quarenta e oito horas, e não os meses que Kirkpatrick e muitos outros previam. Insisti que os líderes do golpe não contavam com apoio popular, pelo que a tentativa de deter as reformas que eles receavam poder levar ao colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estaria condenada. A burocracia dominante também se dividiu, com muitos a acreditarem na oportunidade de promoção pessoal com um colapso soviético. A minha previsão revelou-se rapidamente correta, com o presidente russo Boris Ieltsin a subir para um tanque, num gesto que o deixou famoso, os moscovitas a unirem-se pela liberdade e pela democracia, e a cabala de líderes do golpe de estado a perceber que o povo estava contra eles. Renderam-se passados dois dias.

A tentativa de golpe de estado fracassou, acelerando o fim da União Soviética ao ser apresentada uma opção clara ao povo da URSS. Era verdade que a dissolução e um futuro independente tinham o seu quê de assustador, mas não podia ser pior do que aquele presente totalitário. Nos meses que se seguiram, uma a seguir à outra, as repúblicas soviéticas foram declarando a sua independência, quais peças de dominó em queda. Dois dias depois do golpe de estado gorado, em Moscovo, uma multidão jubilosa derrubou a estátua de Félix Dzerzhinsky, o temível fundador da polícia secreta soviética, que se encontrava perante a sede do KGB.

Hoje é-me difícil ler os comentários dos elementos da multidão à comunicação social sem me sentir emocionado. «Este é o início do nosso processo de purificação», declarou um líder do sindicato dos mineiros. Um padre ortodoxo disse: «Vamos destruir a enorme e perigosa máquina totalitária do KGB». A multidão entoava «abaixo o KGB!» e «Svoboda!», a palavra russa para liberdade. Os polícias tiraram as boinas e juntaram-se à manifestação, enquanto na base da estátua odiada se escreviam mensagens como «Os carneiros do KGB têm de ser julgados!» Um médico declarou que aquela manifestação era diferente das que se haviam realizado em meses anteriores: «Sentíamos-nos como se tivéssemos renascido».

Depois de tudo isto, choca-nos que passados oito anos, a 31 de dezembro de 1999, um antigo coronel do KGB se tenha tornado presidente da Rússia. As reformas democráticas que nasciam no país foram travadas e progressivamente revertidas. O governo instaurou medidas repressivas contra os *media* e a sociedade civil. A política externa russa tornou-se opressiva e beligerante. Não houvera qualquer processo de purificação, julgamento dos carneiros ou destruição da máquina do KGB. A estátua de Dzerzhinsky fora derrubada, mas não a repressão totalitária por ela representada. Essa renascera – na pessoa de Vladimir Putin.

Avancemos até ao início de 2015 e Putin continua no Kremlin. Seis anos depois de invadirem a vizinha República da Geórgia, as forças russas atacaram a Ucrânia e anexaram a Crimeia. Poucos dias após os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, em fevereiro de 2014, Putin fomentou uma guerra no leste da Ucrânia e tornou-se o primeiro indivíduo, desde Saddam Hussein no Koweit, a anexar território estrangeiro através da

força. Os mesmos líderes mundiais que há um ano posavam, sorridentes, para fotografias com Putin, estão agora a impor sanções à Rússia e a elementos da sua elite governante. A Rússia ameaça cortar o fornecimento à Europa de um terço das suas necessidades de petróleo e de gás natural. O estado mafioso metafórico, com Putin como seu *capo di tutti capi* [chefe de todos os chefes], deixou de ser uma cleptocracia ideologicamente agnóstica e passou a servir-se de propaganda e de táticas manifestamente fascistas. O espectro, há muito desaparecido, da aniquilação nuclear regressou.

Há duas histórias por trás da crise atual. A primeira é a forma como a Rússia passou tão depressa da celebração do fim do Comunismo para a eleição de um oficial do KGB e depois para a invasão dos vizinhos. A segunda é como o mundo livre ajudou a que isso acontecesse, através de uma combinação de apatia, ignorância e boa vontade inoportuna. É essencial percebermos onde as coisas correram mal, pois, mesmo sendo Putin um perigo real, a Europa e a América continuam sem perceber o que se passa. As democracias de todo o mundo têm de se unir e de recordar as lições sobre como a Guerra Fria foi ultrapassada, antes que voltemos a cair numa nova.

Embora a Rússia de Putin seja claramente a maior ameaça que o mundo enfrenta atualmente, ela não é a única. Grupos terroristas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico são desprovidos de um estado (pese embora o nome do segundo grupo) e não possuem os vastos recursos e as armas de destruição massiva que Putin tem ao seu dispor. Todavia, os atentados de 11 de setembro e outros afins ensinaram-nos que não é preciso ter uma bandeira nacional, nem sequer um exército, para infligir danos horríveis ao país mais poderoso do mundo. A par disso, e ainda mais importante, as nações que apoiam o terror aproveitam-se do facto de os alvos terroristas democráticos não conseguirem organizar uma defesa agressiva. Os regimes assassinos do Irão, da Coreia do Norte e da Síria já dispuseram de muito tempo sentados à mesa de negociações sem que fizessem concessões relevantes.

O debate sobre os desafios advindos do mundo multipolar que nasceu com o fim da Guerra Fria não é recente. A grande questão é a falta de uma estratégia coerente para lidar com esses desafios. Aquando do final da Guerra Fria, os vencedores careciam de um objetivo e de um

inimigo comum contra o qual se unirem. Os inimigos do mundo livre não sofrem de tais dúvidas: continuam a definir-se segundo a sua oposição aos princípios e às políticas da democracia e dos direitos humanos, vendo os Estados Unidos como principal representante simbólico e material. Não obstante, continuamos a lidar com eles, a negociar, e até a providenciar-lhes as armas e a riqueza que esses inimigos usam para nos atacar. Para parafrasear a definição de apaziguamento de Winston Churchill, estamos a alimentar os crocodilos, esperando que nos comam por último.

Qualquer esfriamento político entre Washington, DC, e Moscovo ou Pequim é rapidamente criticado por ambos os lados como sendo um potencial «regresso à Guerra Fria». É irónico que se use atualmente esse cliché, pois a forma como a Guerra Fria foi travada e vencida foi esquecida e não copiada. Em vez de defendermos os princípios do bem e do mal, do correto e do errado, e os valores universais que são os direitos humanos e a vida humana, temos compromissos, recomeços e equivalência moral. Ou seja, temos o apaziguamento com muitos outros nomes. O mundo precisa de uma nova aliança baseada numa Magna Carta global, uma declaração de direitos fundamentais que todos os membros reconheçam. O grosso dos recursos mundiais, bem como o seu poder militar, é hoje em dia controlado por nações que prezam a liberdade individual. Acaso se unissem e recusassem a apaziguar os regimes criminosos e os promotores do terror, a sua integridade e influência seriam irresistíveis.

Não devemos ter como objetivo a criação de novos muros que isolem os milhões de pessoas que vivem sob jugos autoritários, mas sim garantir-lhes esperança e a perspetiva de um futuro melhor. Grande parte daqueles que viveram atrás da Cortina de Ferro tinham perfeita noção de que no mundo livre havia quem se preocupasse connosco e lutasse por nós, e não contra nós. Ter essa consciência era importante. Hoje em dia, aqueles a que chamamos líderes do mundo livre apregoam a promoção da democracia, ao mesmo tempo que tratam como iguais os líderes dos regimes mais opressivos do planeta. As políticas de compromisso com os ditadores fracassaram a todos os níveis e já é mais do que tempo de reconhecermos esse fracasso.

Tal como disse Ronald Reagan no seu famoso discurso de 1964 «Altura de Escolher», não se trata de uma escolha entre guerra e paz, apenas

entre a luta e a rendição. Temos de escolher. Não nos podemos render. Temos de lutar com os vastos recursos do mundo livre, começando com os valores morais e com incentivos económicos, e deixando a ação militar para último recurso. A América, mercê dos seus vastos recursos e grande capacidade de mobilizar os aliados fraturantes e fraturados, terá de ser o líder. Claro que hoje em dia já é obsoleto falar de valores americanos, ou mesmo de valores ocidentais. O Japão e a Coreia do Sul terão de agir, a Austrália e o Brasil, a Índia e a África do Sul, bem como cada país que preze a democracia e a liberdade e goze de estabilidade global. Sabemos que tal pode ser feito, pois já antes o foi. Temos de encontrar coragem para o voltar a fazer.

Cinco anos depois de Putin ter tomado posse e começado a reconstruir a polícia estatal russa que tanto admirava, eu próprio passei por um renascimento. Em 2005 afastei-me de vinte anos no topo do xadrez profissional e aderi ao ainda incipiente movimento pró-democracia russo. Fora campeão mundial em 1985, aos vinte e dois anos de idade, e conquistara tudo o que era possível num tabuleiro de xadrez. Sempre quisera fazer alguma diferença no mundo e senti que o meu tempo enquanto xadrezista profissional chegara ao fim. Queria que os meus filhos pudessem crescer numa Rússia livre. Recordava-me ainda do cartaz que a minha mãe, em tempos, pendurara na parede, um pregão dos dissidentes soviéticos: «Se não fores tu, quem será?». Pretendia usar a minha energia e a minha fama para tentar deter a crescente onda de repressão que vinha do Kremlin.

À semelhança de muitos russos, sentia-me incomodado com os antecedentes pouco conhecidos de Putin no KGB e com a sua repentina subida ao poder depois da supervisão da brutal guerra de 1999 para pacificar a região russa da Chechénia. Contudo, a par dos meus contrarêneos, comecei por dar uma oportunidade a Putin, mesmo contra vontade. Ao servir-se dos poderes da presidência para influenciar o resultado da sua reeleição em 1996, Ieltsin maculara profundamente a sua reputação democrática, e confesso que fui um dos que na altura pensou que o sacrifício de um pouco da integridade do processo democrático valeria a pena, caso fosse o preço a pagar para impedir que os odiados comunistas recuperassem o poder. Tais compromissos são

quase sempre um erro, e foi esse realmente o caso, já que abriu caminho para que um indivíduo mais impiedoso pudesse explorar o sistema enfraquecido.

O incumprimento de 1998 deixara a economia russa num estado bastante debilitado, embora valha a pena recordar, em retrospectiva, que em 2000 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) já recuperara bem. Todavia, na altura, o crime, a inflação e a sensação geral de fraqueza e de incerteza nacionais faziam do tecnocrata Putin, de palavras simples e diretas, uma boa opção segura. Sentia-se que sem uma mão forte no leme, o país iria mergulhar no caos. A insegurança física e social foram sempre alvos fáceis nas democracias frágeis, e a maior parte dos ditadores sobe ao poder graças ao apoio público inicial. São inúmeros, ao longo da história, os ciclos de autocratas e de juntas militares que ganharam poder graças ao apelo do povo por ordem e por «*la mano dura*» [mão dura] que controlasse os excessos de um regime civil hesitante. As pessoas esquecem-se sempre de que é muito mais simples elevar um ditador do que derrubá-lo.

É claro que nunca esperei que a minha nova carreira, naquilo que só com uma grande dose de generosidade se pode chamar de «política» russa, fosse fácil. A oposição não estava a tentar ganhar eleições; lutávamos pela simples possibilidade de as termos. Foi por esse motivo que sempre me apresentei como ativista e não como político, mesmo quando venci as primárias da oposição para a eleição presidencial de 2008. Todos sabiam que eu nunca seria autorizado a aparecer num boletim de voto oficial; o importante era expor esse facto e tentar fortalecer os músculos atrofiados do processo democrático russo. O meu objetivo inicial era unir todas as forças anti-Putin do país, sobretudo aquelas que, em situações normais, ninguém esperaria ver juntas. O campo reformista liberal a que eu pertencia nada tinha que ver com os Bolcheviques Nacionais, por exemplo, salvo pelo facto de sermos marginalizados, perseguidos e atraindo pelo plano de Putin de ficar para sempre no poder. Não obstante, a nossa frágil coligação manifestou-se nas ruas de Moscovo e de S. Petersburgo, nos primeiros protestos políticos sérios desde que Putin subira ao poder. Queríamos mostrar ao povo russo que a resistência era possível, e pretendíamos afirmar que abdicar da liberdade em troca da estabilidade era uma opção falsa.

Infelizmente, e à semelhança de outros autocratas modernos, Putin tinha, e continua a ter, uma vantagem que a liderança soviética nunca imaginara: um profundo compromisso económico e político com o mundo livre. Décadas de comércio criaram uma riqueza tremenda de que as ditaduras como a Rússia e a China se aproveitaram, tanto para desenvolver infraestruturas autoritárias tremendas a nível doméstico como para exercer pressão no campo da política externa. A ideia profundamente ingénua era de que o mundo livre utilizaria os laços económicos e sociais para tornar gradualmente mais liberais os estados autoritários. Na prática, estes abusaram desse acesso e da interdependência económica para espalharem a sua corrupção e para alimentar a repressão doméstica.

Vejamos um exemplo concreto e simples: a Europa recebe um terço da sua energia da Rússia, no total, embora alguns países individuais recebam significativamente mais. Entretanto, a Europa absorve 80 por cento das exportações de energia da Rússia: quem detém a maior alavancagem nesta relação? Não obstante, durante a crise da Ucrânia ouvimos constantemente que a Europa não pode agir contra a Rússia devido à dependência energética! Oito meses depois de Putin ter anexado a Crimeia e três meses e meio após o acumular de provas de que forças russas haviam abatido um avião comercial sobre a Ucrânia, a Europa continuava a «considerar» a possibilidade de estudar formas de substituir o fornecimento de gás natural russo. Em vez de se servir da avassaladora influência económica da União Europeia para deter a agressão de Putin, a Europa finge impotência. Um boicote por parte da UE, ou até mesmo um imposto pesado sobre as importações energéticas russas, ameaçariam destruir por completo a economia russa, neste momento totalmente dependente do setor energético para se manter acima do vermelho. A Europa, no entanto, carece de vontade política para proceder a sacrifícios de monta a curto prazo para enfrentar a muito maior ameaça, a longo prazo, para a segurança global e, por acréscimo, para as economias dependentes da globalização, que representa um Putin solto.

O compromisso também garante aos regimes autoritários modernos ferramentas mais subtis para fugir às sanções. Têm as suas ofertas públicas iniciais (OPI) e imóveis de luxo em Nova Iorque e em Londres, garantindo honorários e receitas fiscais que os ambiciosos políticos e

empresas ocidentais se recusam a abdicar em nome dos direitos humanos. Os estados totalitários exploram a abertura do mundo livre contratando lobistas, espalhando propaganda pela comunicação social e contribuindo prodigamente para políticos, seus partidos e organizações não-governamentais (ONG). Poucas são as repercussões quando essas atividades são expostas. Por vezes, os cidadãos do mundo livre mostram-se chocados quando a comunicação social expõe fábricas clandestinas, mas, bem feitas as contas, pouco querem saber do ambiente social dos países que lhes produzem o petróleo, a roupa e os *iPhones*.

À medida que os oligarcas russos espalham a sua riqueza e a influência política de Putin pelo globo, as empresas ocidentais retribuem o favor investindo na Rússia. Os gigantes do mercado energético, como a Shell e a British Petroleum (BP), mal podiam esperar para obter uma fatia das imensas reservas energéticas russas; ao mesmo tempo, o mercado russo há muito dormiente era um alvo irresistível, por mais concessões que fossem precisas para se efetuarem acordos. Os direitos humanos na Rússia pouco ou nada incomodaram as empresas ocidentais. Mesmo depois de várias dessas empresas serem repetidamente traídas, ludibriadas e ameaçadas pelos parceiros russos e expulsas de parcerias ou até do país, elas regressam, à procura de mais, quais cães maltratados que rastejam de volta a um dono abusivo.

O exemplo mais marcante foi o do CEO da BP Robert Dudley, que fugiu da Rússia em 2008, quando era CEO de uma coempresa com um grupo de multimilionários russos. Continuamente hostilizado e receando ser detido (e estar a ser envenenado, segundo uma versão da história), Dudley fugiu e escondeu-se. Contudo, poucos anos depois regressava à Rússia, para uma sessão fotográfica com Putin, onde se anunciava um acordo de exploração petrolífera com a empresa do estado Rosneft! No meio de tudo isto, embora os investimentos externos tenham contribuído para parte do crescimento do PIB russo – a maior parte deveu-se ao enorme aumento no preço do petróleo –, poucas dessas verbas serviram para melhorar a vida do russo médio. O grosso dessas riquezas deu meia-volta e acabou em bancos ocidentais e em património imobiliário em nome da elite oligárquica de Putin.

Assim, embora o nosso movimento de oposição em constante evolução tenha feito algum progresso a chamar a atenção para a realidade

antidemocrática da Rússia de Putin, desde o primeiro momento que nos encontramos numa posição ingrata. O domínio, por parte do Kremlin, da comunicação social, e a perseguição impiedosa a toda e qualquer oposição na sociedade civil impossibilitaram a criação de um movimento notório. A nossa missão foi ainda sabotada pelos líderes democráticos que acolheram Putin no palco mundial, providenciando-lhe as credenciais de liderança de que tanto precisava à falta de eleições válidas na Rússia. Torna-se difícil promover a reforma democrática quando cada canal televisivo e cada jornal exibem imagens sucessivas dos líderes das principais democracias do mundo a aceitarem um ditador como fazendo parte da família. Isso deixa passar a mensagem de que ou Putin não é realmente um ditador, ou então que a democracia e a liberdade individual não passam das moedas de troca que Putin e os outros da sua laia dizem que são. Acabou por ser preciso a invasão da Ucrânia para que os G7 (sempre me recusei a chamar-lhes G8) finalmente expulsassem a Rússia de Putin do clube de elite das democracias industriais.

Quando, em 2008, Putin delegou a presidência à sua sombra, Dmitry Medvedev, deveria ter-se tornado óbvio para todos que a democracia russa havia morrido. Os únicos outros nomes no boletim de voto pertenciam à oposição leal nos papéis que lhes haviam sido atribuídos: Gennady Zyuganov, dos comunistas, e Vladimir Zhirinovsky, que desde 1991 desempenha o papel de líder da extrema-direita. Ambos serviram, e continuam a servir, de fachada, algo que transmita uma aparência de democracia. Não obstante, foram vários os líderes democráticos que se apressaram a compactuar com a charada. George W. Bush telefonou ao seu homólogo para lhe oferecer os parabéns. O presidente francês Nicolas Sarkozy convidou afavelmente Medvedev a visitar Paris. Encômios semelhantes foram apresentados pelos líderes da Alemanha, do Reino Unido e de muitas outras nações, demasiadas para aqui serem todas referidas. Não devemos esquecer que isto se verificou apesar de as eleições terem sido boicotadas pela principal entidade de monitorização eleitoral europeia, a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em protesto com as restrições impostas aos observadores.

Dois meses depois de Barack Obama ter sido empossado, ele e a secretária de estado Hillary Clinton lançaram uma nova iniciativa para a

política externa para «reiniciar» as relações entre os Estados Unidos e a Rússia, mas não da forma realista que talvez se esperasse depois de a Rússia, meses antes, ter invadido a minúscula Geórgia, onde criou enclaves independentes ainda hoje ocupados por tropas russas. Tratou-se, isso sim, de uma ofensiva americana de charme (que contou com adereços com traduções erradas – o infame «Botão de Reinício» que Clinton entregou ao homólogo russo Sergei Lavrov dizia «sobrecarga» e não «reinício» em russo). A administração Obama queria acreditar que o jovial e alegre Medvedev era um reformista, um potencial liberalizador que alteraria o rumo originalmente assumido por Putin. Se quisermos, podemos chamar a isto ingenuidade dos primeiros dias de «esperança de mudança», mas, por incrível que pareça, esta política de compromisso prosseguiu muito depois de se tornar mais do que claro que Putin continuava bastante à frente dos destinos russos e que o seu plano de retornar a Rússia a um estado policial permanecia inalterado.

A «Operação Medvedev» de Putin foi uma vitória absoluta, conquistando-lhe mais quatro anos para eliminar qualquer oposição doméstica, ao mesmo tempo que evitava consequências na frente internacional. Quando, previsivelmente, Putin voltou ao cargo presidencial em 2012, praticamente nem se deu ao trabalho de tornar as eleições um acontecimento apresentável. À semelhança da maioria dos ditadores, Putin dispõe de bons instintos animais para avaliar os rivais e percebeu que não se defrontaria com qualquer oposição real por parte de outros líderes mundiais. Além disso, e também como a maior parte dos ditadores, Putin viria a tornar-se mais destemido a cada passo bem-sucedido. Os ditadores não perguntam porquê antes de assumirem mais poder; eles perguntam apenas porque não. Ao analisar cuidadosamente a forma como era tratado por líderes como Merkel, Cameron e Obama, Putin nunca encontrou motivos para que não fizesse exatamente o que queria.

Não é preciso estudar história para reconhecermos o padrão, nem para vermos como levou à guerra na Ucrânia. A complacência que se instalou entre as nações do mundo livre depois da queda da Cortina de Ferro não será facilmente abalada para lidar com alguém como Vladimir Putin, que explora o compromisso para obter vantagens pessoais, sem conceder nada em troca. Durante anos, com a deterioração constante da situação dos direitos humanos na Rússia, políticos e peritos

ocidentais, como Condoleezza Rice e Henry Kissinger, defenderam a fraqueza ocidental nos confrontos com Putin, afirmando que os russos estavam em melhor situação do que no tempo da União Soviética.

Em primeiro lugar, permitam-me que os congratule sarcasticamente por nos condenarem com um elogio vago! No entanto, em vez de fazermos comparações com as décadas de 1950 ou de 1970, e se pensássemos na de 1990? Não é difícil melhorar a vida que se tinha com o comunismo totalitário de Estaline ou de Brezhnev, mas e quanto à vida com Ieltsin? E quanto à destruição de cada instituição democrática que tentava nascer na Rússia, enquanto as Rices e os Kissingers do mundo se limitavam a olhar? Se os direitos humanos do povo soviético e dos prisioneiros políticos nos vastos *gulags* eram importantes (e que importantes foram!) para tantos líderes e cidadãos do mundo livre, por que motivo não merecem semelhante preocupação e respeito os dissidentes do século XXI? As políticas eficazes baseiam-se em princípios. Ronald Reagan falava com os homólogos soviéticos, mas, tal como certa vez Václav Havel me contou, Reagan também começava por colocar em cima da mesa a lista de prisioneiros políticos!

Nos meus primeiros anos como ativista, disse com frequência que Putin era um problema russo que os russos deveriam resolver, mas, se as suas ambições fossem ignoradas, em breve ele tornar-se-ia um problema regional e depois um problema global. Esta lamentável transformação ocorreu realmente e há vidas a serem perdidas devido a isso. Dizer «tinhas razão!» acarreta pouco conforto. Menos ainda que tão pouco continue a fazer-se para deter as agressões de Putin. De que vale dizer que se devia ter escutado e agido, se ainda não se escuta nem se age?

O mantra do compromisso, e da recusa em lidar com os crimes das ditaduras – sobretudo quando são importantes parceiros de negócios –, tornou-se tão arraigado nos últimos vinte anos que nem sequer a invasão de uma nação soberana europeia consegue quebrar a sua força. Os Estados Unidos e a União Europeia impuseram sanções aos representantes russos e às indústrias russas, pese embora escassas e tardias. Ainda assim, eles recusam-se a admitir a necessidade de condenar e de isolar a Rússia como sendo o estado preocupante em que Putin a transformou. A presente geração de líderes ocidentais recusa-se a admitir que o mal ainda existe no mundo, e que ele tem de ser combatido em

termos absolutos, não sendo algo com que se possa negociar. Neste momento torna-se claro que as democracias do século XXI não estão prontas para este combate. Ainda está em aberto saber se poderão, ou quererão, aprontar-se.

É perigoso acreditar que a queda de um símbolo é o mesmo que o fim daquilo que era representado por esse símbolo, mesmo sendo quase impossível resistir a essa tentação. As pessoas sentem-se bastante atraídas por todo o tipo de símbolos e narrativas, sobretudo quando estes parecem o final feliz de um longo e sombrio conto de fadas. O Muro de Berlim foi a divisão literal e figurativa do mundo em bom e mau, em luz e trevas. Quando os alemães extasiados cruzaram a fronteira fortificada e atacaram o odiado Muro com marretas foi fácil acreditar que o mal fora literalmente derrubado.

É claro que a celebração esteve na ordem do dia. Centenas de milhões de pessoas despertavam de um pesadelo totalitarista que durara décadas. O «Império do Mal» tombara. Mais de seis mil e setecentos quilómetros – um quarto do globo, desde a península de Chukotka, no extremo oriente russo, até Berlim – saíram, quase de um dia para o outro, da repressão comunista e da miséria económica para a brilhante esperança representada pela democracia e pelos mercados livres. Foi um momento glorioso e inesquecível.

Houve, igualmente, razões mais práticas para se celebrar. A ameaça existencial da guerra nuclear desvaneceu-se. Três gerações haviam crescido com simulações de corrida para abrigos e de conversas sobre a «destruição mútua garantida». Havia-se investido muitos milhares de milhões de dólares em medidas e contramedidas militares que viriam a tornar-se redundantes. O «dividendo da paz» resultante levaria a uma nova era de prosperidade, ou pelo menos assim nos garantia o guião apregoado aos quatro ventos.

Já escrevi acerca daquilo a que chamo «a gravidade do êxito passado» em xadrez. Cada vitória puxa o vencedor um pouco mais para baixo e faz com que seja mais difícil empregar o máximo de esforço para se melhorar. Entretanto, o perdedor sabe que cometeu um erro, que houve qualquer coisa que correu mal, e vai esforçar-se por melhorar para a próxima vez. Muitas vezes, o feliz vencedor parte do princípio de

que ganhou, única e exclusivamente, por ser bom. No entanto, regra geral, o vencedor é apenas o jogador que cometeu o penúltimo erro. É preciso uma tremenda disciplina para ultrapassar essa tendência e aprender com uma vitória.

Quando a Guerra Fria foi ganha, a reação natural, a reação humana, foi abraçar o antigo inimigo. Clinton e Ieltsin abraçaram-se e riram-se. A União Europeia e a NATO receberam as nações do antigo Bloco Soviético de braços abertos e investiram fortunas para ajudar os recém-chegados. Quanto às reformas económicas e políticas, os paus do isolamento e da contenção foram trocados por uma política ocidental puramente da cenoura. A UE e outras instituições incentivaram os países acabados de libertar a juntarem-se como parceiros de pleno direito, bastando para isso que se cumprissem condições mínimas de transparência política e de reforma económica. Pese embora a estrada acidentada para muitos, este princípio de compromisso foi um êxito fulgurante na Europa de Leste.

No entanto, esse método expansivo foi igualmente posto em prática em locais onde as forças opressivas não haviam sido eliminadas. Países onde a repressão de estilo soviético havia unicamente sido rebatizada foram convidados a juntar-se ao clube, com poucas exigências e ainda menos reciprocidade. A atitude prevalecente no Ocidente era a de que «não faz mal, hão de acabar por cair neles. A democracia venceu e os maus já passaram à história. Só temos de continuar a envolver-nos com eles e aguardar». Todavia, as forças proverbiais da história não vencem guerras sozinhas, e a experiência mostrou que é habitual poder ficar no lado errado da história, conquanto se esteja no lado certo do oleoduto.

Em retrospectiva torna-se espantosa a rapidez com que se esqueceram as lições aprendidas com a vitória na Guerra Fria. No momento de maior influência das forças da liberdade e da democracia, o Ocidente deixou de exercer a sua vantagem. Com um poder militar, económico e moral avassaladores do seu lado, mudou totalmente de estratégias.

Na presente era de globalização e falsa equivalência, talvez nos seja difícil recordar que a maior parte dos líderes da Guerra Fria estivera cara a cara com o mal durante a Segunda Guerra Mundial. Não tinham quaisquer ilusões quanto àquilo de que os ditadores eram capazes,

acaso tivessem oportunidade para tal. Haviam testemunhado ameaças existenciais com os seus próprios olhos e visto os horrores dos campos de concentração. Também sabiam que se podia usar armas nucleares na guerra; para as gerações que se seguiram, essa ideia tornou-se, quase literalmente, inconcebível. É uma pena que hoje em dia Adolf Hitler e José Estaline se tenham tornado caricaturas, quais monstros mitológicos que representam um mal vetusto há muito destruído.

Contudo, o mal não morre, tal como a história não chega ao fim. Como uma erva daninha, o mal pode ser cortado, mas nunca totalmente extirpado. Está sempre à espera para alastrar através de uma qualquer falha na nossa vigilância. Pode enraizar-se no solo fértil da nossa complacência, ou até nos escombros rochosos do Muro de Berlim tombado.

O Comunismo não desapareceu quando o Muro foi derrubado. Atualmente, quase 1,5 mil milhões de seres humanos continuam a viver em ditaduras comunistas, e outros mil milhões e meio vivem em estados de todo livres de várias estirpes, onde se conta, naturalmente, grande parte da antiga União Soviética. O desejo humano de explorar e dominar os outros através da força não desapareceu com a queda do Muro. Aquilo que desapareceu – ou que, pelo menos, esmoreceu acentuadamente – foi a vontade do mundo livre de se afirmar em defesa dos oprimidos.

Esta mudança de posição é compreensível, já que representou o desejo do público de acabar com décadas de tensão e impasses. Bill Clinton, que tomou posse em 1992, foi o primeiro presidente nascido durante o *baby-boom*, dando corpo à mentalidade de que chegara a altura de deixar para trás a dura mundivisão maniqueísta da Guerra Fria. Entretanto, os dentes do dragão iam crescendo. O ditador bielorrusso Lukashenko deu início ao seu mandato vitalício em 1994. Os seus camaradas ditadores da Ásia Central, Nazarbayev, do Cazaquistão, e Karimov, do Uzbequistão, estão no poder há mais de um quarto de século. Não se trata de coincidência que a Geórgia e a Ucrânia, dois dos países da antiga União Soviética com maior potencial para se libertarem da terrível atração gravitacional da Rússia, tenham sido atacados e parcialmente ocupados pela Rússia.

É verdade que estes rufiões e autocratas não representam uma ameaça à ordem global que sequer se aproxime da ameaça que era a

União Soviética, pese embora a tentativa de Putin de criar uma «URSS-light» através de acordos comerciais, intimidações e líderes fantoche. À parte da sua capacidade militar, a URSS era uma ameaça pois defendia uma ideologia tóxica, o Comunismo, capaz de se disseminar muito além das suas fronteiras. Até há bem pouco tempo, Putin sentia-se capaz de pilhar a Rússia e de consolidar o poder sem recorrer a nada que se assemelhasse a uma ideologia. «Vamos roubar juntos» tem sido o lema da elite governante, com o poder estatal a servir para encher os bolsos daqueles que detêm esse poder. Contudo, com a deterioração da situação económica na Rússia, Putin viu-se obrigado a recorrer aos capítulos mais avançados do manual do ditador para encontrar novas maneiras de justificar o seu papel enquanto líder supremo.

Desde 2013, o Kremlin e os seus vários porta-vozes têm acompanhado a repressão contra os homossexuais e a comunicação social com retórica fascista sobre comportamento «antirrusso», traição e conspiração contra a nação. Alguns desses discursos, incluindo vários feitos por Putin, assemelham-se tanto aos dos líderes nazis da década de 1930 que quase parecem limitar-se a mudar «pátria» por «mátria». Claro que, tal como Hitler bem sabia, os inimigos internos acabam por se esgotar e é preciso procurar no exterior. A demonização dos Estados Unidos levada a cabo pela comunicação social controlada pelo estado decorre há uma década, mas isso não chegou.

Quando o presidente fantoche de Putin na Ucrânia, Viktor Yanukovich, fugiu do país na sequência das manifestações Euromaidan que exigiam uma maior integração europeia, Putin não deixou escapar a oportunidade. Começou por ocupar e anexar a Crimeia, citando a necessidade de proteger os russos na Ucrânia, e depois passou a incitar à violência através dos «rebeldes» apoiados pelos russos no Leste da Ucrânia. Pouco depois, e apesar das reivindicações cada vez mais absurdas do Kremlin em contrário, tropas e armamento pesado russos transformaram o conflito numa verdadeira invasão.

Uma guerra é sempre terrível, seja qual for a sua justificação, mas a perigosa viragem de Putin para um imperialismo baseado na etnia não pode ser ignorada. Aqueles que dizem que o conflito na Ucrânia está distante e que pouco provavelmente levará à instabilidade global estão a passar ao lado do alerta que Putin nos está a transmitir. Não há qual-

quer motivo para acreditar que a sua visão anunciada de uma «Rússia Mais Grandiosa» se vai ficar pelo Leste da Ucrânia, mas há muitas razões para acreditar que não se ficará por aí. Os ditadores só param quando são detidos e apaziguar Putin com a Ucrânia só servirá para lhe aguçar o apetite por mais conquistas.

A Ucrânia é apenas uma batalha que o mundo livre gostaria de ignorar numa guerra mais vasta que esse mundo se recusa sequer a admitir que existe. Claro que fingir que não temos inimigos não faz com que isso seja verdade. O Muro de Berlim e a União Soviética desapareceram, mas os inimigos da liberdade que os construíram ainda existem. A história não acaba; ela repete-se em ciclos. Não defender a Ucrânia hoje é repetir o fracasso dos Aliados na defesa da Checoslováquia em 1938. O mundo tem de agir agora, para que a Polónia de 2015 não tenha de desempenhar o papel da Polónia de 1939.

A Guerra Fria não foi ganha unicamente através da superioridade militar ou económica, mas sim graças a valores que eu, um antigo cidadão soviético, chamo, sem falsas ironias, de valores americanos tradicionais, valores esses que o Bloco Ocidental também adotou. Não podemos resolver os problemas da globalização com as mesmas ferramentas legais e económicas que a criaram. Agora que os ditadores da Rússia e da China se tornaram uma parte tão enraizada do nosso mundo globalizado, precisamos de novas estruturas baseadas na moralidade com que os enfrentamos. Precisamos de novas alianças para combater as redes terroristas sem estado que usam a nossa tecnologia contra nós. Tais estruturas e alianças terão de se basear em princípios morais, a única arma que os inimigos da democracia não têm como igualar. Isso torna-se ainda mais óbvio quando esses inimigos dispõem de armas nucleares, tornando um confronto militar inimaginavelmente perigoso.

Às linhas de batalha difusas destes conflitos modernos só podemos responder com linhas morais brilhantes. Os inimigos do mundo livre podem ser identificados através dos seus alvos, pois eles sabem que, se a democracia liberal e as políticas do mercado livre forem bem-sucedidas, serão afastados do palco – o que os leva a lutar pela sobrevivência. Para enfrentarmos esses ataques será necessário que transformemos os nossos princípios em políticas. Temos de identificar e de compreender aquilo por que lutamos, bem como aquilo contra o que combatemos.